



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

KP

ATA n.º 014/2016

Ata da décima terceira sessão ordinária do ano dois mil e dezesseis da Câmara Municipal de Inácio Martins, realizada em caráter experimental às dezenove horas do dia vinte e cinco de abril. Com a presença de todos os vereadores o presidente declarou aberta a sessão e iniciou o **EXPEDIENTE** com a leitura da ata número 013, da sessão do dia dezoito de abril, que foi aprovada sem ressalvas. Em seguida solicitou a leitura do Projeto de Lei n.º 07/2016 do Vereador Jorge Ferreira de Almeida, propondo declaração de utilidade pública para a Associação de Agricultores do Assentamento Evandro Francisco, encaminhado para análise das Comissões Permanentes. Iniciando o uso da **TRIBUNA** o Vereador **JORGE BOEIRA** falou sobre duas indicações de serviço que já estavam fazendo um ano que havia apresentado, sendo uma no dia vinte e seis de março do ano anterior onde pedia a recuperação do telhado da Biblioteca Cidadã contando que nesse dia, em que estava chovendo, esteve no local e verificou a situação que estava precária e provavelmente muito em breve o local seria interditado pela Defesa Civil por falta de manutenção, sendo mais um caso de falta de manutenção que iria trazer prejuízos à população. Disse que era triste ver baldes pelo chão para colher a água das goteiras; infiltrações por um simples telhado que se tivesse sido trocado há um ano atrás não traria danos à estrutura de madeira, mas já devia estar danificada a estrutura, numa reforma que poderia ser feita com cerca de mil reais no momento e já custaria cerca de quinze a vinte mil reais aos cofres públicos ou quem sabe até cento e noventa mil reais conforme a reforma do Posto de Saúde. Também comentou a indicação de serviço na qual solicitou a recuperação de galerias pluviais na esquina das Ruas José de Mattos Leão com Barão de Capanema que no dia seis de abril também havia completado um ano e pedia a recuperação dessas galerias para evitar algum acidente, contando que há poucos dias atrás uma criança tinha caído dentro dessa galeria quase sido tragada para baixo, tendo dado sorte por não existir água no momento, sendo na mesma esquina que havia pedido a recuperação. Perguntou aos vereadores onde estaria o Secretário de Obras e Urbanismo do município, se estava dormindo, pois isso era sua responsabilidade, poderiam dizer que estava sendo crítico em alguns aspectos, mas não via como não criticar tamanha incompetência, sujeito a perda de vidas, questionando até quando isso continuaria o que já não era mais má administração e sim falta de vontade, incompetência, despreparo, falta de respeito a esta casa de leis e às indicações de serviço dos vereadores, pois não pedia em seu benefício e sim da população, que pagando seus impostos teriam direito de receber melhorias nas ruas, na saúde, na educação, na Biblioteca Cidadã onde aos alunos faziam suas pesquisas, o que deveria ser respeitado, pois era um direito do povo e se um vereador estava indicando não era para promover a si mesmo e sim porque algum cidadão o havia procurado para trazer a tona e procurou executivo mas nada foi feito, alertando ao secretário de obras para acordar e olhar as necessidades do município pois já estava terminando o mandato e as obras estavam paradas. O Vereador **OSVALDIR** comunicou aos pares que na última quarta feira havia acontecido no plenário da casa, cedido pelo presidente, uma assembléia dos professores municipais onde decidiram pela continuidade da



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

093

greve, e em torno de setenta professores e trabalhadores da educação presentes desse total somente três votaram pela paralisação da greve. Contou que tiveram informações de que o prefeito e a secretária de educação continuavam intransigentes com relação aquilo que os professores pediam e a greve tendia a se arrastar por um bom tempo pois os funcionários continuavam firmes no propósito de irem atrás de seus direitos até o final. Fez uma proposta à mesa diretora dizendo que lhe preocupava demais a situação, podia ouvir reclamações de pais e até de agricultores familiares do município que forneciam alimentos para a merenda das escolas, não estavam podendo entregar seus produtos, e a situação já estaria causando prejuízos. Falou que havia buscado informação e queria solicitar um estudo por parte da mesa diretora no sentido de antecipar a devolução dos recursos recebidos mensalmente; que sabia que não estavam utilizando todo esse valor e já existia em torno de cento e vinte e oito mil reais de saldo em aplicação, e em torno de quarenta a cinquenta mil reais estaria sobrando mensalmente, sugerindo a devolução antecipada desses recursos para o executivo pois fazendo um cálculo do que os professores pediam e o que o prefeito já havia dado seria em torno de 0,86%, para aplicar o piso salarial no percentual de 11,36% para todos os níveis e o impacto orçamentário que isso traria e que o prefeito se negava a pagar seria em torno de cinco a seis mil reais mensais e isso resolveria uma parte da pauta de reivindicação da categoria e talvez trouxesse os professores de volta para as salas de aula. Falando isso disse que teve por parte do jurídico da casa um parecer de que era possível a antecipação e se devolvessem em torno de cinco a seis mil reais mensais para o prefeito e o mesmo se comprometesse em utilizar isso para pagar essa diferença estariam dando uma contribuição para que se resolvesse o impasse sendo essa uma decisão da mesa diretora e de todos os vereadores, mas via que ao final do ano provavelmente teriam que devolver esse recurso a exemplo do ano de 2015 quando o presidente Valdir Cabral devolveu cerca de trezentos e trinta e cinco mil reais ao executivo que disse que com isso resolveria o problema do cemitério municipal, mas lhe parecia que esse problema da greve dos professores era uma coisa muito mais séria no momento, pois estavam trabalhando com vidas, com crianças, e com pessoas que precisavam que urgentemente suas situações fossem resolvidas, reafirmando a sugestão para que fosse feita uma reunião entre o prefeito e todos os vereadores para verificarem essa possibilidade. O Vereador **LAURICI** falou que também já vinha pensando nessa possibilidade e como membro da mesa diretora disse que deveriam analisar o parecer jurídico, pois não sabia até que ponto a lei lhes permitia fazer isso, mas acreditava que se fosse legal teria o apoio de todos os vereadores e assim resolveriam esse impasse, mas não sabia se a devolução desse dinheiro entraria para o índice. O Vereador Gilnelson falou ao orador que não havia o que impedisse a devolução, que entraria como recursos livres, e prefeito poderia destinar para pagamento de pessoal, e o presidente disse que iria se aprofundar no assunto e no que dependesse da mesa iria ajudar para tentar resolver a situação. O orador voltou a falar dizendo que assistindo ao programa Fantástico no domingo anterior, relacionado ao processo de impedimento da presidente Dilma, ouviu a fala do senhor Bolsonaro dizendo que todos sabiam da sua posição política e mesmo não defendendo a forma



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

KL

como a presidente vinha conduzindo o país ficou preocupado com a fala desse deputado com relação à apologia que fazia a pessoas que num passado não tão distante fizeram de coisas ruins para o país e achava que nem deveriam ser citadas em comentários principalmente tratando de políticos do mais alto escalão. Falou que esteve visitando o pátio de máquinas, assim como o Vereador Sidnei também havia visitado, lembrando que no ano anterior autorizaram o executivo a leiloar veículos considerados inservíveis e como ainda não tinha ocorrido este leilão deveriam fazer mais uma cobrança para que fosse realizado. Em aparte o Vereador Gilnelson comentou que seria a Junta Comercial do Paraná quem fazia a escolha da empresa para realizar o leilão, que havia se manifestado recentemente e provavelmente durante a semana sairia a indicação dessa empresa. O orador disse ser importante essa informação, pois sabiam da necessidade de aquisição de veículos para a saúde, educação e até mesmo para a recuperação de estradas, tinha uma grande preocupação e acreditava que a próxima gestão, assim que iniciasse seu mandato, deveria urgentemente fazer um concurso público, pois não adiantava o município ter veículos e maquinários e não ter pessoal para operar. O Vereador **VALDIR CABRAL** iniciou reforçando a sugestão do Vereador Osvaldir para a resolução de uma forma rápida do problema da greve, pois existia números, recursos e formas de resolver, dizendo que o prejuízo já estava grande pela paralisação, pela falta de coerência do executivo, pela perda dos alimentos que eram fornecidos pois tratava-se de alimentos perecíveis, além dos prejuízos financeiros como o transporte escolar que deveria ser efetuado na reposição de aulas; que existia uma programação no calendário escolar e também familiar de cada um, contando que no dia anterior havia conversado com três pessoas da categoria e nem os professores estariam psicologicamente preparados para num período de férias no Brasil inteiro fazerem reposição de aulas, por isso também esperava que a situação se resolvesse e continuava a fazer o seu apelo as vezes mal interpretado pelos educadores, que brigassem pelos seus direitos mas não esquecessem de zelar pelas crianças principalmente, pois alguns pais ficavam preocupados e como vereadores eram cobrados. Falou em defesa da rádio comunitária dizendo que era uma instituição de grande importância e grande benefício para o município e vinha sendo alvejada por várias entidades, por pessoas, e pelas redes sociais como tinha visto, e no final de semana, durante uma reunião da diretoria da rádio, comentaram a preocupação por pessoas que não viam o grande benefício que a rádio trazia; das dificuldades de conseguir uma rádio para um município pequeno; da dificuldade em manter financeiramente, pois estava passando por momentos de dificuldades e alguns diretores precisavam cobrir algumas despesas, e estava sendo comentado sobre um repasse de recursos públicos para a rádio que devia ser investigado na Câmara; que isso não podia e poderia até fechar a rádio, existindo esses comentários, mas o que vinha pedir principalmente aos vereadores e pessoas que estavam presentes e que ouviam a rádio era que contribuíssem, pois não era só a questão financeira, mas também com a programação religiosa, esportiva e informativa, e existia a necessidade de ajudarem nessa defesa dizendo que estava lá a contabilidade e os números e se existia uma empresa que recebia esses repasses e através dessa empresa foram repassados em alguns meses um pouco de valor para



contribuir em forma de apoio cultural não afetaria a ponto de ser investigada e tão criticada, pois as pessoas estavam deixando de ver o grande benefício e se apegando a algumas situações e climas criados entre representantes, radialistas, alguns pronunciamentos, o que acabava as vezes até comprometendo. Falou que era bom ter a rádio até na hora de brigas, de alguém ir até lá e contrariar, mas a preocupação maior era que um meio de comunicação era muito sensível e se viesse por alguma questão a ser fechada, poderia dizer que, do jeito que as coisas andavam, ficaria difícil de reabrir, e novamente pediu que antes de sacrificarem a entidade lhes ajudassem a resolver o problema. O Vereador Osvaldir solicitou aparte e concordou com o orador dizendo que não poderiam ficar sem um meio de comunicação no município e também achava importante a rádio, mas uma rádio comunitária deveria transmitir para a população as informações de caráter educativo e cultural da forma como realmente deveria ser, e não concordava quando um radialista emitia a sua opinião a respeito de uma notícia, citando o exemplo em que um radialista se manifestou contra a greve dos professores, pois ao dizer isso para os pais estaria manifestando a sua opinião e de certa forma tentando influenciar a população a ser contra um direito dos trabalhadores de fazer greve, e também pensava que não podiam ficar sem a rádio, mas enquanto diretores e responsáveis pela rádio não estava difícil de trabalhar isso com os locutores, para que não emitissem a sua opinião ou que não ficassem puxando para um lado ou para outro, o que já seria o suficiente, e a direção da rádio tinha condições de chegar aos locutores e dizer que se limitassem a transmitir os recados e avisos que considerassem importantes acrescentando que não poderiam ficar sem a rádio, mas que também não poderiam ficar dessa forma, e nesse sentido como vereador estaria disposto a ajudar, desde que a rádio tivesse uma conotação de prestadora de serviço imparcial, que não tivesse um lado político definido, que não ficasse durante uma hora criticando um partido político, como é o caso, das onze ao meio dia falando simplesmente de uma situação a muito tempo, e isso também deixava a população indignada, por isso deveria transmitir a notícia da forma como acontecia e não a opinião de um locutor. O orador reafirmou o pedido de apoio e disse que não entraria no mérito da questão devido às normas e exigências concordando que deveriam corrigir para ficar cada vez melhor. Encerrou falando da reclamação de pessoas que adquiriram lotes urbanos em loteamentos não regulamentados que em algum tempo estariam na Câmara e Prefeitura pedindo água e luz em suas casas, mas dentro das normas da Sanepar e da Copel não poderiam, deixando esse lembrete para cobrarem esta situação da administração, pois já estava tendo bastante problemas e poderia ter muito mais, então, antes que isso se agravasse deveriam fazer alguma coisa. Na **ORDEM DO DIA** constou a votação em segundo turno do projeto 006 de proposição do Vereador Osvaldir. Aprovado com todos os votos passou a constar como Lei n.º 834/2016 – “Declara de Utilidade Pública Municipal a Associação Comunitária Rural Professora Alina”, da comunidade de Campina Bonita. Na **EXPLICAÇÃO PESSOAL** o Vereador **JOÃO ARTUR** falou novamente sobre a Comissão Processante informando os pares do andamento dos trabalhos nesse dia onde definiram o andar final dos trabalhos a serem realizados já informando que no próximo dia vinte e nove de abril um perito técnico estaria fazendo as



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

096

HP

averiguações no Posto de Saúde; que no dia cinco de maio, ocorreriam as primeiras oitivas; no dia nove também aconteceriam oitivas; que deveriam entregar o parecer final provavelmente até o dia dezesseis de maio, e também provavelmente no dia vinte e três ou dia trinta acontecesse o veredicto final onde estariam oficiando o presidente da casa para que convocasse a sessão de julgamento. O Vereador **OSVALDIR** contou que há alguns dias recebeu um telefonema desesperado de um senhor chamado João, conhecido como Polaquinho, que residia no Centro de Produções desde que este foi construído, e ligou contando que máquinas estavam destruindo algumas construções que tinha feito no local como cercas, galinheiros, poço de água e forno, e estavam prometendo destruir o local em que estava morando. Contou que foi até o local e realmente uma máquina estava lá, já era noite, a esposa e as crianças estavam chorando e o cidadão estava desesperado; a polícia estava no local e perguntando se tinham um mandado judicial de desapropriação ou reintegração de posse, não lhe responderam. Disse ter ficado triste com a situação, pois não era dessa forma que se resolveriam as coisas e lhe veio uma interrogação que gostaria de ver esclarecido, que era com relação ao comodato que o prefeito tinha feito com esse empresário questionando se podia a prefeitura ceder de forma gratuita as construções que tinham no local para essa empresa e depois esse cidadão chegar lá, ir derrubando tudo e montando seus equipamentos, e não sendo um momento de debate na sessão pediu que na próxima esclarecessem em que pontos tinha sido realizado o comodato com essa empresa, pois um cidadão de fora havia recebido gratuitamente um bem público para ser explorado, chegou no local e foi tirando tudo dizendo que era seu, e ainda falando ao morador que deveria sair do local porque era um vagabundo, questionando se existia justiça nesse tipo de coisas. Contou que a prefeitura estaria arrumando um lugar para o cidadão morar, mas isso não eximia o proprietário da empresa pelo que estava fazendo, nem o prefeito no caso de ter cedido bens públicos de maneira irregular para uma empresa explorar, por isso já estava e ficou ainda mais indignado ao ver o desespero daquela família e a máquina trabalhando naquele local. Comentou sobre o programa Domingão do Faustão do domingo anterior em que o ator José de Abreu foi falar da intolerância, que as pessoas estariam parece bois bravos, não podiam ver vermelho na frente que já estariam avançando, referente ao que havia acontecido com esse ator em um restaurante em São Paulo, falando que a intolerância das pessoas se tornou algo insustentável, e a Rede Globo permitiu que fosse pela primeira desde que começou o que chamou de "farra do impeachment" alguém ir defender a presidente Dilma, chamar o Deputado Eduardo Cunha de ladrão e dizer que por a raposa para cuidar do galinheiro não era a saída para o Brasil e assim talvez a Rede Globo estivesse vendo que os ventos começavam a soprar para outro lado e tivesse querendo mudar de opinião, pois o povo tinha visto o grau dos representantes na Câmara dos Deputados e já estaria começando a mudar de opinião vendo que a presidente estaria sido julgada e condenada por uma "tropa de ladrões". A Vereadora **RITA TABORDA** falou em relação à proposta do Vereador Osvaldir concordando que podiam entrar em conversa desde que respeitados os princípios da contabilidade pública e da administração e achava uma idéia excelente que poderia ajudar muito em toda essa questão, sabendo que a



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

maioria era favorável, mas precisava de pareceres. Em relação a um comentário aqui na Câmara sobre segurança disse que esteve conversando com alguns membros do Conselho de Segurança para que na próxima reunião comentassem mais a respeito do número de policiais para trabalhar e contou que conversando com o Major Taborda este lhe informou que o número de policiais da ativa em relação aos que desistem da profissão, os que entram em óbito e os que se aposentam era muito diferente, então faltavam policiais, o governo demorava muito para fazer concursos e realmente a maioria dos municípios estavam necessitando de mais pessoal, sendo uma questão que estava em todos os municípios e não tinha como reforçar, além de poucas viaturas para o que estavam em dificuldades perante o governo também. O Vereador **KLEVERSON** informou aos seus pares que neste dia recebeu a visita do Major Joas Lins da 8ª Companhia Independente da Polícia Militar e juntamente com os vereadores Laurici e João Artur que se encontravam na casa tiveram uma conversa muito produtiva onde comentou que faziam apenas três semanas que estava à frente da Companhia e também da dificuldade que tinha com o número de policiais, pois a Companhia respondia por dez municípios e tinha uma situação semelhante em Ipiranga. Contou que durante a tarde protocolou um ofício pedindo ao Major que pelo menos nos finais de semana pudesse ajudar com mais reforços, através da ROTAM, e também o colocaram a par de algumas situações que vinham acontecendo como uma briga na área central na semana anterior envolvendo mais de trinta jovens, e o oficial foi muito pronto dizendo que ajudaria no que pudesse, tendo sido muito produtiva essa conversa. Nada mais havendo a ser tratado declarou encerrada a sessão convocando a próxima sessão ordinária para o dia dois de maio, excepcionalmente às dezenove horas, ficando lavrada a presente Ata que após lida e achada de conformidade foi assinada pelos vereadores presentes.

Handwritten signatures in blue ink, including names like Kleverson, Laurici, and João Artur, indicating the council members present at the session.